

-----**ATA NÚMERO 44/2014**-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA, DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,  
REALIZADA EM VINTE DE NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL E  
CATORZE.**-----

-----Aos vinte dias do mês de novembro do ano dois mil e catorze, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência da Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo Luis, estando presentes os Senhores Vereadores: Dr. Bruno Miguel Camacho Pereira, Dr. Domingos Manuel Martins Rodrigues, Dr. Paulo Alexandre de Atouguia Aveiro, José Manuel de Sousa Rodrigues, Dra. Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Dra. Vanda Maria de Fátima Sousa de França Correia de Jesus, Eng. Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, Dr. Artur Alberto Fernandes Andrade e Eng. João José Nascimento Rodrigues. A secretariar esteve presente o Dr. Ilidio Américo Silva, diretor do Departamento de Contratação Pública.-----

---Presente, ainda, a Senhora Dra. Alicia Maria Faria Abreu, da Mudança, que preenche, ao abrigo do disposto no artigo 79º, da Lei número 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei número 5-A/2002, de 11 de janeiro, a vaga ocorrida nesta reunião pela ausência do Senhor Presidente.-----

-----Verificado o quórum, a Senhora Vice-Presidente declarou aberta a reunião.-----

**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** - Foi dispensada

a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

**INTERVENÇÃO DA VEREAÇÃO:** - O Senhor Vereador do CDS/PP, José Manuel Rodrigues, iniciou este período chamando a atenção para o estado dos ribeiros das zonas altas de Santo António, São Roque e Imaculado Coração de Maria, nomeadamente a existência, no seu leito, de canas vieiras, lixos, matagal e troncos de árvores, indicando como exemplo o ribeiro da Casa Branca em Santo António. -----

---Acrescentou que alguns deles, os erros de construção deviam ser corrigidos com a Lei de Meios, e não o foram, referindo-se em particular ao ribeiro na Estrada Comandante Camacho de Freitas (ribeirinha) cuja situação se mantém depois de ser objeto de intervenção.-----

---Mencionou também o ribeiro paralelo ao Caminho da Torrinha que necessita de limpeza pelas entidades competentes.-----

---Terminou fazendo ainda referência à passagem do Ribeiro do Chega junto a uma horta urbana. -----

---Acompanhou a sua intervenção com fotografias, fazendo a sua entrega à Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo.-----

----- - O Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, intervindo, disse que a limpeza dos ribeiros deverá ser efetuada, contudo a retirada de inertes não deverá ser pretexto para o abastecimento de

pedreiras.-----

----- - Tomando a palavra, o Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, referiu: “A retirada de depósitos das ribeiras não é perigosa. Se apenas tivéssemos água era fácil lidar com essa situação porque seria apenas um problema de alagamentos, mas se a mesma contém sedimentos é natural que o comportamento será diferente e provocará destruição. Basta haver água com terra e já será suficiente para transportar calhaus. Um dos perigos tem a ver com o deslizamento, que leva o solo e impede depois a reflorestação. No entanto, há soluções para este problema que passará pela colocação de telas que permitem fazer crescer a florestação e conseqüentemente a criação de solo”.-----

-----Retomando a palavra, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, referenciou os riscos de uma passadeira na Estrada Comandante Camacho de Freitas, mais propriamente no cruzamento Fundoa/Livramento, junto a uma paragem de autocarros muito frequentada, sugerindo que seja colocado um abrigo e varandim de proteção.-----

-----Prosseguindo, este mesmo Vereador colocou vários assuntos, a saber:-----

--- - Estacionamento de veículos na Rua da Carne Azeda, numa zona sem passeios que impede a circulação com segurança;-----

--- - Despreendimento de pedras para a via pública do edifício “Cajú”, sito à Rua Carreira, que se encontra em ruína;-----

--- - Estado de degradação de dois prédios à Rua dos Aranhas,

números trinta e nove e oitenta e dois;-----

--- - Problema da sincronização dos semáforos na Avenida do Mar e das Comunidades Madeirenses para ambas as faixas de rodagem;--

--- - Mau aspeto do mercado das flores junto à Sé, onde se insere guarda-sóis com publicidade;-----

--- - Suporte dos postes da iluminação de Natal que parecem definitivos, pois encontram-se sobre o calcário e não da forma tradicional (furo no solo);-----

--- - Placa toponímica da “Via 25 de Abril” executada em chapa e colocada em lugar de pouca relevância.-----

-----A Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, e no que se refere aos semáforos da Avenida do Mar, referiu que esta foi a melhor forma encontrada para dar proteção aos peões e fazer fluir o trânsito. De outro modo teria de aumentar-se o tempo para a passagem de peões parando o trânsito em simultâneo nas duas faixas.-----

----- - Fazendo a sua intervenção, o Senhor Vereador do PSD, Bruno Pereira, referindo-se ao tipo de infraestrutura de suporte às iluminações de Natal, disse que nos cadernos de encargos da entidade pública responsável pelas mesmas, estava previsto, julgando que assim continua, a responsabilidade da adjudicatária pela implementação de infraestruturas de apoio, pelo que no fim do período de iluminação deverá ser retirado e reposto o espaço público nas condições anteriores-----

----- - Sobre esta questão, a Senhora Vice-Presidente, Idalina

Perestrelo disse que os pedidos para colocação e implementação das infraestruturas são idênticos aos anos transatos, pelo que no fim será feita vistoria para reposição ao estado anterior.-----

----- - Usando da palavra, a Senhora Vereadora do PSD, Vanda de Jesus, referindo-se ao Largo D. Manuel, junto à entrada da Catedral, alertou para a existência de buracos no pavimento, suscetível de provocar acidentes.-----

-----Continuando solicitou informação sobre o horário de funcionamento do crematório no Cemitério de São Martinho, quantas cremações são efetuadas diariamente e qual o tempo normal para uma cremação. Referiu que, segundo informação, a cremação de ossadas perdia prioridade para as restantes.-----

----- - A Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, informou que fora estabelecido efetuar a cremação três dias por semana, pela impossibilidade de se saber a frequência que viria a ter o crematório. Neste momento, estão a ser feitas duas cremações por dia, podendo chegar às três. O seu horário é às nove horas e trinta minutos e às treze horas e trinta minutos, tendo em conta que uma cremação dura duas horas e é necessário outros procedimentos como o arrefecimento das cinzas que levam o seu tempo. Já a cremação de ossadas tem que perder prioridade para as cremações de corpos, o que é normal.-----

-----Retomando a palavra, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, solicitou informação da situação do Conselho Municipal da Juventude, que embora seja uma questão para o Senhor

Presidente ficava no entanto formulada, dizendo parecer-lhe haver um certo desinteresse.-----

----- - Em relação a esta questão, a Senhora Vereadora Madalena Nunes, informou que já houve uma reunião e que correu como previsto, tendo sido eleita a Mesa e escolhida a Comissão pelos partidos aí representados, estando agora a aguardar-se pela elaboração do seu regimento. Referiu ainda que a informação está disponibilizada no Site do Município.-----

----- - Tomando a palavra, o Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, levantou uma questão que tem a ver com um ponto da ordem de trabalhos da sessão da Assembleia Municipal, que o surpreendeu. Refere-se à nomeação de um elemento para a comissão de avaliação do PDM, que sendo normal ser indicado pela maioria parece-lhe, no entanto, extemporânea, porque já estarão no fim das etapas e não deverá ser só para assinar a última ata. Disse que devendo ser alguém da Coligação Mudança, deveria ser dado conhecimento aos restantes Vereadores e não como parece ter sido, o de nomear por nomear.-----

----- - Intervindo, o Senhor Vereador Domingos Rodrigues esclareceu que os representantes, quer seja da Câmara quer seja da Assembleia Municipal, deveriam ter sido nomeados há muito tempo. “Estamos com dúvidas sobre o último Parecer, mas julgamos que importante é termos uma nova Comissão. Procurou-se nas dúvidas uma resposta que possa resolver a questão controversa”, sublinhou.-----

----- - O Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, e sobre o mesmo assunto, referiu que a Comissão não está extinta. Ficará quando emitir o parecer final. Disse ter conhecimento que em abril foi enviado uma ata da Comissão com Parecer Final à Câmara, a qual nunca foi respondida. A nomeação é extemporânea enquanto não for decidido o que é pretendido pelo Executivo para o projeto de revisão do PDM. A nomeação de nada valerá tendo em conta o contexto criado.-----

----- - Tomando a palavra, o Senhor Vereador Domingos Rodrigues, disse que a comissão de acompanhamento emitiu um Parecer em agosto, depois do prazo de um ano que teve o seu termo em julho, pelo que esse Parecer não tem valor jurídico. “Há questões jurídicas a resolver, como o facto de não haver Vereador executivo, e solicitaremos a nomeação de novos elementos para a comissão de acompanhamento. Sabemos que a comissão cessa o seu trabalho e extingue-se pelo decurso do prazo e ou com a omissão de Parecer Final”, acrescentou.-----

----- - O Senhor Vereador da CDU, Artur Andrade, referiu ser sua preocupação o prazo, e que se os trabalhos da Comissão de Acompanhamento terminaram pelo decurso do mesmo o ato é nulo e terá de ser retomado tudo o que for possível e praticar os atos necessários.-----

----- - O Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, relativamente à ata que ainda não fora tomada posição, questionou, se a Comissão está extinta pelo decurso do prazo, qual a posição do Executivo,

com que propósito será nomeado agora novo representante na Comissão e quais os objetivos definidos.-----

----- - Respondendo, o Senhor Vereador Domingos Rodrigues, disse que os objetivos estão definidos desde o programa eleitoral em termos de ordenamento do território, e que não se alteraram.---

-----Continuando na sua intervenção, o Senhor Vereador do PSD, João Rodrigues, perguntou se a equipa do Plano tinha apresentado proposta para alterações, como estava em sede de execução do contrato e se a faturação tem sido apresentada como contratualizado. -----

----- - O Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, interveio para clarificar um ponto em discussão, face à nova orientação que a maioria quis fazer e na sequência da queda da Comissão de Acompanhamento, tendo em conta o contrato celebrado, se isso irá penalizar as relações contratuais com a empresa que está a elaborar o Plano.-----

----- - Respondendo à questão, o Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, disse que não haverá alteração contratual nem aumento de custos. Sobre a faturação, informou que tem sido cumprida, só se fatura o que é feito e sobre trabalhos executados.--

-----**ORDEM DO DIA**-----

---Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

**1 - REGULAMENTO:**-----

----- - **Projeto de Regulamento das Hortas Urbanas Municipais**



**do Funchal – versão final:** - A Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, fez a apresentação do primeiro Regulamento para as hortas urbanas municipais, que na sua versão final vai ser enviado à Assembleia Municipal para aprovação. -----

---Intervindo, o Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, pronunciou-se pela abstenção viabilizando a proposta, para que em sede própria, a Assembleia Municipal, seja discutido e deliberado.-----

---O Senhor Vereador do CDS/PP, José Manuel Rodrigues, propôs uma alteração no artigo 7º, ponto 2, de proibição estendida aos membros dos órgãos municipais, justificando que não fazia sentido a proibição dirigir-se apenas aos funcionários da Autarquia. Assim o artigo 7º, ponto 2, do Regulamento das hortas urbanas passa a ter a seguinte redação: artigo 7º, ponto 2. “Os membros dos órgãos municipais e os trabalhadores em funções públicas do Município do Funchal, assim como os respetivos cônjuges ou descendentes dependentes, não podem ser detentores de hortas urbanas”.-----

---Terminou dizendo que mantendo-se a possibilidade de criação de animais nesses espaços o seu sentido de voto é o de abstenção.-

---O Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, pronunciou-se sobre o artigo 19º do Regulamento, designadamente “da necessidade de salvaguardar a deterioração pelo uso dos equipamentos entregues nas hortas urbanas e sobre eventuais benfeitorias autorizadas pela Câmara e executadas pelos detentores das hortas”. Nesse sentido propôs e foi aceite que este

artigo passe a ter a seguinte redação no artigo 19º, ponto 1: “nas situações expostas no artigo anterior, o utilizador fica obrigado a restituir a horta nas mesmas condições em que esta lhe foi entregue, salvaguardado o uso normal advindo da utilização.” E acrescentado um ponto 3 ao mesmo artigo com a seguinte redação: artigo 19º, ponto 3 “a entidade gestora não incorre em nenhum dever de indemnizar o utente por eventuais benfeitorias que o mesmo tenha efetuado”.

---O seu sentido de voto é a favor da aprovação.

--- - Colocado à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com abstenção do PSD e CDS/PP, aprovar a versão final e submeter à Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea k) do número um do artigo trinta e três e alínea g) do número um do artigo vinte e cinco do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze/setembro. O referido diploma fica a fazer parte integrante desta ata como anexo (A).

## **2 – MERCADOS E FEIRAS:**

----- - **Atribuição do direito de exploração da loja número 2 do Mercado dos Lavradores – recurso hierárquico:** - Presente processo relativo à “Atribuição do direito de exploração da loja número dois, localizada no Mercado Municipal dos Lavradores”, relativamente ao qual foi apresentado recurso hierárquico pelo concorrente Emanuel Vasconcelos.

---O Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, disse que no aspeto

material as muitas desistências indiciam um certo estratagemas dos interessados que vão desistindo para outros, cujas propostas são menos vantajosas para o Município, porque sendo “o preço mais alto” o critério de adjudicação, os contratos vão ser outorgados para propostas de mais baixo preço. Por outro lado, o atraso nas respostas aos requerimentos podem por em causa os direitos dos interessados que têm noventa dias para recorrer aos tribunais. Sabendo-se que a não resposta no prazo de cinco dias culmina no indeferimento tácito, mesmo assim a resposta devia ser mais célere. Concorde com o parecer jurídico, mas a demora na resposta impõe que se abstenha.-----

--- - Após análise, a Câmara deliberou, por maioria, com abstenção da CDU, com fundamento no parecer jurídico do Departamento de Contratação Pública (refª 29/D.C.P./14), adjudicar a “Atribuição do direito de exploração da loja número dois, localizada no Mercado Municipal dos Lavradores”, ao concorrente, inicialmente classificado em quarto lugar e agora classificado em primeiro, José Luís Teixeira Serradas, pelo valor mensal de € 1.799,00 (mil setecentos e noventa e nove euros), acrescido do IVA à taxa em vigor, e dez por cento (10%) a título de despesas de condomínio, se devido”.-----

----- - **Atribuição do direito de exploração do stand número 24/25, do Mercado da Penteada:** - Considerando que: Nos termos do disposto no artigo 125º do Código dos Contratos Públicos nos concursos em que tenha sido apresentada uma única

proposta não dá lugar a audiência prévia nem à elaboração dos relatórios preliminar e final, devendo logo ser submetido o projeto de decisão de adjudicação ao órgão competente para a decisão de contratar; No âmbito do concurso para “Atribuição de direitos de exploração de diversos espaços destinados a atividade comercial no mercado municipal da Penteadá”, foi elaborado o relatório da proposta apresentada para o espaço abaixo identificado, resultando a seguinte proposta de adjudicação: *Stand nº 24/25 – Objeto – Florista e produtos de apoio à agricultura – Adjudicatário – Ana Sofia Freitas Nunes – Valor da adjudicação - € 300,00 (trezentos euros)*. Assim, deliberou a Câmara, por unanimidade, ao abrigo do disposto no número três do artigo cento e quarenta e oito do Código dos Contratos Públicos, concordar com a proposta do júri e adjudicar o Stand 24/25, conforme proposto.-----

**3 – APOIO À VERAÇÃO:** - (O documento agendado sob o número 378, foi retirado).-----

---Nesta altura o Senhor Vereador do PSD, Bruno Pereira, ausentou-se da reunião.-----

**4 – UTILIZAÇÃO DO TEATRO MUNICIPAL:**-----

----- - **Associação dos Amigos da Arte Inclusiva:** - A pedido da Associação dos Amigos da Arte Inclusiva (procº 40242/14), a Câmara deliberou, por unanimidade, com base na informação do Departamento Jurídico (refª 226/DJ/2014), aprovar a isenção de taxas municipais pelo uso do átrio do Teatro Municipal Baltazar Dias, para o lançamento do livro “Maria de Rodas: Delícias e

Desafios na Maternidade de Mulheres Cadeirantes”.-----

----- - **Associação Xarabanda**: - Relativamente ao pedido formulado pela Associação Xarabanda (procº 42459/14), a Câmara deliberou, por unanimidade, tendo por base a informação do Departamento Jurídico (refª 227/DJ/2014), aprovar a isenção de taxas pelo uso do Átrio do Teatro Municipal Baltazar Dias, para atuações musicais.-----

**5 – URBANISMO**:-----

-----**5.1 – Loteamento**: - (O processo agendado sob o número 381 foi retirado).-----

**ENCERRAMENTO**: - Nada mais havendo a tratar, a Senhora Vice-Presidente deu por encerrada a reunião às doze horas e trinta minutos.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu, diretor do Departamento de Contratação Pública, na qualidade de Secretário, a redigi e subscrevo.-----

-----  
-----

Nota: Ata publicitada pelo Edital nº 309/14, publicada nos locais de estilo